



CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA



NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO LEGISLATIVO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**Mãe D'água querida, meu berço, minha casa
tu és meu encanto, és meu bem querer**

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo Língua Portuguesa de 01 a 15, Informática de 16 a 25 e Conhecimentos Específicos de 26 a 40.
2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.
4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.
5. É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.
7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

PORTUGUÊS

Leia o Texto I para responder às questões de 1 a 8.

Texto I

Nova lei facilita acesso a informações públicas

A maior parte das leis de acesso à informação no mundo só cobre o poder central. A lei brasileira inova por envolver todas as esferas de poder.

Uma vez regulamentada, a Lei de Acesso à Informação (12.527/11) torna real um direito reconhecido pela Constituição brasileira: o acesso do cidadão ao que é feito pelos governos, sejam eles federal, estaduais ou municipais.

A lei atende também a outro preceito constitucional: o dever do Estado de prestar essas informações. A partir dela, qualquer cidadão pode solicitar informações ao órgão público sem precisar justificar o pedido.

O grande objetivo desta lei é consolidar no País o princípio da transparência dos atos públicos, mas ela pode ser vista também como forma de a sociedade monitorar o que é feito pelo Estado. É o controle social, como diz Rafael Custódio, coordenador do programa de Justiça da Conectas Direitos Humanos. “A informação é pública, do cidadão e não do governo. É dever do governo então disponibilizar isso para os outros”, diz Custódio.

A maior parte das leis de acesso à informação no mundo só cobre o poder central. A lei brasileira inova por envolver todas as esferas de poder, por isso é considerada por especialistas estrangeiros como ambiciosa e abrangente. A Unesco, órgão das Nações Unidas, a classifica como uma das 30 melhores leis de acesso à informação do mundo.

Fabiano Angélico, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, ressalta que a lei precisa de tempo para se consolidar. “Em geral a administração pública tem a tendência de ser fechada e de se fechar. Implementar uma lei de acesso é mudança de cultura, de paradigma, e, portanto, não acontece do dia para a noite. Porque informação é poder. Mas é preciso ter em mente que é um trabalho para uma geração.”

O pesquisador lembra ainda o despreparo da estrutura administrativa para atender à demanda da população. “Para cumprir adequadamente a lei da informação é preciso deter uma estrutura multidisciplinar e as ouvidorias não vão ser suficientes”, afirma. Com a nova lei, o acesso à informação é a regra; e o sigilo, a exceção.

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/380397-nova-lei-facilita-acesso-a-informacoes-publicas/>. Acesso em: 24 jun. 2026. [Adaptado]

1ª QUESTÃO

Segundo o Texto I, a Lei de Acesso à Informação brasileira é considerada por especialistas estrangeiros como “ambiciosa e abrangente” porque:

- a) substitui a Constituição Federal do Brasil no que diz respeito ao direito de acesso à informação direta nos órgãos regulamentadores.
- b) foi a primeira lei de acesso à informação criada no mundo, servindo de modelo para todos os demais países democráticos.
- c) obriga o cidadão a justificar detalhadamente a necessidade de cada pedido de informação feito aos órgãos públicos.
- d) garante sigilo absoluto a todas as informações produzidas pelos governos estaduais e municipais.
- e) envolve todas as esferas de poder, enquanto a maioria das leis semelhantes no mundo cobre apenas o poder central.

2ª QUESTÃO

No Texto I, o autor recorre a falas de especialistas como Rafael Custódio e Fabiano Angélico. Do ponto de vista da situação sociocomunicativa, o uso dessas vozes tem como principal função:

- a) substituir a opinião do leitor, impedindo-o de tirar suas próprias conclusões sobre a lei, já que as falas chancelam a tese sustentada no texto.
- b) transformar a reportagem em uma conversa informal e particular entre os diversos entrevistados, registrando-se o diálogo para fins de publicação.
- c) conferir credibilidade e respaldo técnico às informações, apresentando ao leitor diferentes perspectivas de quem estuda o tema.
- d) comprovar que os especialistas discordam totalmente entre si e que, por isso, a lei não tem utilidade pública nenhuma.
- e) tornar o texto um documento oficial com valor de lei, assinado pelos especialistas citados, validando-o.

3ª QUESTÃO

Observe o trecho: “A lei brasileira inova por envolver todas as esferas de poder, por isso é considerada por especialistas estrangeiros como ambiciosa e abrangente.”

Sobre a oração introduzida por “por isso”, é CORRETO afirmar que se trata de oração:

- a) subordinada adverbial causal, indicando a causa de a lei inovar.
- b) coordenada sindética conclusiva, exprimindo a conclusão sobre o que se afirma antes.
- c) coordenada sindética explicativa, justificando a afirmação anterior.
- d) subordinada adverbial consecutiva, ligada a um termo intensificador.
- e) coordenada sindética aditiva, acrescentando nova informação.

4ª QUESTÃO

No período “Uma vez regulamentada, a Lei de Acesso à Informação torna real um direito reconhecido pela Constituição”, os termos “real” e “reconhecido” classificam-se, nesta ordem, como:

- a) adjetivo e advérbio.
- b) advérbio e verbo no gerúndio.
- c) substantivo e adjetivo.
- d) adjetivo e verbo no particípio com valor adjetivo.
- e) predicativo do sujeito e adjunto adnominal de natureza verbal.

5ª QUESTÃO

No trecho “a lei brasileira inova por envolver todas as esferas de poder, por isso é considerada [...] ambiciosa e abrangente”, a palavra “abrangente” pode ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por:

- a) confusa.
- b) restrita.
- c) extensiva.
- d) ilegal.
- e) breve.

6ª QUESTÃO

Leia: “Em geral a administração pública tem a tendência de ser fechada e de se fechar.” No contexto, o termo “fechada” está empregado em sentido:

- a) denotativo, pois descreve taxativamente o formato geométrico dos órgãos públicos.
- b) denotativo, pois indica literalmente que as portas dos prédios públicos permanecem trancadas para qualquer acesso às informações públicas.
- c) conotativo, pois não se refere a algo materialmente trancado, mas à resistência da administração em compartilhar informações.
- d) conotativo, pois compara a administração pública a uma caixa metálica lacrada repleta de informações que são compartilhadas com o público.
- e) denotativo, pois informa o horário em que as repartições públicas encerram o expediente, indicando que, após isso, a administração não compartilha mais informações.

7ª QUESTÃO

No trecho “qualquer cidadão pode solicitar informações ao órgão público sem precisar justificar o pedido”, a palavra “qualquer” classifica-se como:

- a) pronome indefinido, pois se refere de modo impreciso ao substantivo “cidadão”.
- b) artigo definido, pois determina o substantivo “cidadão” de forma específica.
- c) numeral, pois indica uma quantidade exata de cidadãos.
- d) advérbio, pois modifica o verbo “solicitar”, indicando o modo em que foi solicitado.
- e) preposição, pois liga dois termos da oração.

8ª QUESTÃO

Com base na leitura global do Texto I, analise as afirmativas a seguir.

- I- A lei parte do princípio de que a informação pública pertence ao cidadão, cabendo ao Estado o dever de disponibilizá-la.
- II- Segundo os especialistas, a plena aplicação da lei é imediata, bastando sua publicação para que a cultura do sigilo desapareça por completo.
- III- O texto reconhece que, além da resistência cultural, há despreparo da estrutura administrativa para atender aos pedidos de informação.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

Leia o Texto II para responder às questões 9 e 10.

Texto II



Fonte: WILL TIRANDO. Disponível em: willtirando.com.br. Acesso em: 24 jun. 2026.

9ª QUESTÃO

Considerando a articulação entre linguagem verbal e não verbal ao longo dos quatro quadrinhos da tirinha, conclui-se que o objetivo predominante do Texto II é:

- a) provocar humor a partir da quebra de expectativa, pois o elogio inicial dirigido à personagem funciona como pretexto para uma atitude inesperada no último quadrinho.
- b) criticar, de forma direta e argumentativa, a baixa qualidade das histórias em quadrinhos produzidas atualmente no país.
- c) defender a importância da leitura de tirinhas na formação cultural do público, apresentando razões que sustentam esse ponto de vista.
- d) relatar uma experiência pessoal da autora com a finalidade de emocionar e sensibilizar o leitor diante de uma situação difícil.
- e) instruir o leitor, passo a passo, sobre como produzir e divulgar suas próprias histórias em quadrinhos.

10ª QUESTÃO

Na tirinha (Texto II), a personagem afirma: “Suas historinhas são sensacionais.” O emprego da palavra “historinhas” no diminutivo, e do termo “sensacionais” revela:

- a) a ocorrência de vocabulário arcaico, em desuso na língua portuguesa atual e mantido apenas em textos literários antigos.
- b) o emprego de linguagem técnico-científica, marcada pela objetividade e pela precisão vocabular exigidas em textos acadêmicos.
- c) o uso de linguagem formal e cerimoniosa, típica de situações de comunicação que exigem distanciamento entre os interlocutores.
- d) a presença de gíria regional, restrita a um grupo específico de falantes e de difícil compreensão para o público em geral.
- e) o uso de linguagem informal e expressiva, própria da fala cotidiana, com valor afetivo e elogioso.

Leia o Texto III para responder às questões de 11 a 15.

Texto III

Lei de Acesso à Informação: Os Pilares da Transparência no Brasil

Fundamentos da Lei nº 12.527/2011 (Artigos 1º ao 4º),
garantindo o direito à transparência pública.



Fonte: https://x.com/caio_gomz/status/1993856527631843531/photo/1. Acesso em: 24 jun. 2026.

11ª QUESTÃO

No bloco “Diretrizes Fundamentais”, lê-se o segmento “Publicidade como Regra, Sigilo como Exceção”. A relação de sentido estabelecida entre as duas partes desse segmento contribui para a coerência do infográfico porque:

- a) estabelece uma relação de oposição entre “publicidade” e “sigilo” e entre “regra” e “exceção”, organizando o princípio central da lei e articulando de modo coerente as demais informações do quadro.
- b) estabelece uma relação de adição, somando duas obrigações independentes do Estado que não mantêm entre si qualquer vínculo de sentido.
- c) estabelece uma relação de causa e consequência, em que o sigilo é apresentado como o resultado direto e necessário da publicidade das informações.
- d) estabelece uma relação de finalidade, indicando que a publicidade das informações existe com o propósito exclusivo de proteger o sigilo do Estado.
- e) estabelece uma relação de comparação de igualdade, equiparando a publicidade e o sigilo como princípios de mesmo peso e idêntica aplicação.

12ª QUESTÃO

No Texto III, recursos visuais como colunas em forma de pilares, um grande olho observador e cadeados aparecem ao lado das informações escritas. Sobre a relação entre linguagem verbal e não verbal no infográfico, é CORRETO afirmar que os elementos visuais:

- a) substituem por completo o texto: os pilares, o olho e os cadeados sintetizam sozinhos todo o conteúdo da lei, de modo que as legendas escritas se tornam dispensáveis à compreensão do infográfico.
- b) cumprem função decorativa: os pilares, o olho e os cadeados foram escolhidos pela harmonia das formas e das cores, sem manter vínculo com as ideias de transparência, fiscalização ou sigilo desenvolvidas no texto.
- c) contradizem o conteúdo verbal: os pilares indicam a fragilidade da norma, o olho representa a invasão da privacidade do cidadão e os cadeados reforçam que toda informação pública deve permanecer inacessível.
- d) têm sentido meramente literal: os pilares retratam a fachada de um prédio público, o olho ilustra as câmeras de segurança e os cadeados representam o trancamento físico dos arquivos, sem alcance simbólico.
- e) reforçam o conteúdo verbal: os pilares sugerem a ideia de “fundamentos” da lei, o olho remete à transparência e à fiscalização, e os cadeados associam-se ao sigilo.

13ª QUESTÃO

No bloco “Conceitos Essenciais”, afirma-se que a informação “deve ser autêntica, íntegra e primária”. As palavras destacadas devem ser classificadas e analisadas como:

- a) substantivos que nomeiam três tipos distintos de informação, funcionando como núcleos de seus próprios sintagmas nominais.
- b) adjetivos que atribuem qualidades ao substantivo “informação”, com o qual concordam em gênero e número.
- c) advérbios que modificam o verbo “ser”, indicando o modo como a informação deve existir.
- d) pronomes que retomam o termo “informação”, evitando a sua repetição ao longo do enunciado.
- e) verbos no particípio que exprimem ações sofridas pela informação ao longo do processo de coleta.

14ª QUESTÃO

No bloco “A Quem se Aplica a Lei?”, o segmento explicativo sobre as Entidades Privadas com Recursos Públicos descreve: “Aplica-se a entidades sem fins lucrativos que recebem verba pública para ações de interesse público”. Considerando os mecanismos de coesão textual, o pronome relativo “que” é fundamental para a construção do sentido porque:

- a) funciona como conjunção aditiva, somando duas informações independentes que poderiam ser lidas isoladamente sem prejuízo do sentido.
- b) introduz uma oração de sentido oposto ao do termo antecedente, estabelecendo entre eles uma relação de contraste responsável pela progressão do texto.
- c) antecipa cataforicamente um referente que só será apresentado ao final do enunciado, criando expectativa no leitor.
- d) retoma anaforicamente o antecedente “entidades sem fins lucrativos”, atuando como elemento de coesão referencial que assegura a continuidade temática e sem repetição.
- e) opera como conector de finalidade, indicando o objetivo para o qual as entidades privadas foram criadas.

15ª QUESTÃO

Com base na análise morfosintática de segmentos do infográfico, analise as afirmativas a seguir.

- I- No trecho “transparência é o preceito geral para as informações públicas”, os termos “geral” e “públicas” pertencem à classe dos adjetivos, pois caracterizam, respectivamente, os substantivos “preceito” e “informações”.
- II- Ainda no trecho “A transparência é o preceito geral para as informações públicas”, o adjetivo “públicas” estabelece concordância nominal em gênero e número com o substantivo “preceito”.
- III- No segmento “entidades sem fins lucrativos que recebem verba pública”, a palavra “que” introduz uma oração subordinada adjetiva, responsável por caracterizar o termo antecedente “entidades”.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

INFORMÁTICA

16ª QUESTÃO

Marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as duas principais arquiteturas de processadores predominantes no mercado atual.

- a) RAM e ROM.
- b) ARM e RAM.
- c) x86-64 e RAM.
- d) VPN e SMTP.
- e) ARM e x86-64.

17ª QUESTÃO

Há uma funcionalidade presente no *Microsoft Word* e no *LibreOffice Writer* que permite gerar documentos personalizados para vários destinatários, combinando um documento principal com uma fonte de dados para preenchimento automático de campos. Esse recurso é denominado de:

- a) formulários.
- b) referência cruzada.
- c) índice remissivo.
- d) banco de dados.
- e) mala direta.

18ª QUESTÃO

Navegadores de *internet* como *Microsoft Edge*, *Google Chrome* e *Firefox* permitem a instalação de *plug-ins* e extensões que fornecem novas funcionalidades ao navegador. Sobre esse recurso, analise as seguintes afirmativas:

- I- São recursos específicos para cada navegador, de modo que uma extensão desenvolvida para o *Google Chrome* não pode ser utilizada no *Microsoft Edge*.
- II- As extensões são livres de vírus e outras ameaças por serem testadas previamente.
- III- Extensões podem oferecer riscos de segurança ao coletar dados do usuário, como histórico de navegação, sobre a justificativa de fornecer funcionalidades.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) III.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

19ª QUESTÃO

Aplicativos como *Google Authenticator* e *Microsoft Authenticator* oferecem um método de autenticação que protege contas gerando códigos numéricos temporários que expiram após um intervalo de tempo. Este recurso é conhecido como:

- a) WPS.
- b) TOTP.
- c) IP.
- d) DNS.
- e) Backup.

20ª QUESTÃO

Maria criou em seu computador do trabalho uma planilha com informações importantes sobre o balanço da empresa no ano passado. Como seu computador pode ser acessado por outros funcionários, ela decidiu tornar o arquivo XLSX oculto no *Windows*. O procedimento CORRETO para isso é:

- a) clicar com o botão direito sobre o arquivo, selecionar “Propriedades”, e na “Guia Geral” marcar o atributo “Oculto”.
- b) abrir o arquivo no *Microsoft Excel*, selecionar “Salvar Como” e marcar a opção “Esconder Arquivo”.
- c) alterar a extensão do arquivo de XLSX para qualquer outra, impedindo sua visualização.
- d) mover o arquivo para a “Lixeira”.
- e) renomear o arquivo colocando um ponto (.) no início do nome.

21ª QUESTÃO

Case-sensitive é um termo utilizado para caracterizar sistemas que diferenciam letras maiúsculas e minúsculas. Assim, os arquivos “documento.txt” e “Documento.txt” podem ser tratados como arquivos distintos. Considerando o comportamento padrão dos sistemas operacionais *Linux* e *Windows* em relação aos nomes de arquivos, é CORRETO afirmar que:

- a) *Linux* e *Windows* não diferenciam letras maiúsculas e minúsculas nos nomes dos arquivos.
- b) *Linux* e *Windows* diferenciam letras maiúsculas e minúsculas nos nomes dos arquivos.
- c) O *Windows* não diferencia letras maiúsculas e minúsculas nos nomes dos arquivos, enquanto o *Linux* faz a distinção.
- d) O *Windows* diferencia letras maiúsculas e minúsculas nos nomes dos arquivos, enquanto o *Linux* não faz a distinção.
- e) *Linux* e *Windows* permitem arquivos com o mesmo nome e extensão, sendo diferenciados pelos seus atributos.

22ª QUESTÃO

Um recurso muito útil em clientes e serviços de *e-mail* permite enviar automaticamente uma mensagem aos remetentes durante um período de ausência do usuário. Este recurso é denominado:

- a) filtros.
- b) sincronização POP/IMAP.
- c) marcadores.
- d) resposta automática.
- e) importação.

23ª QUESTÃO

Quando um *pendrive* USB 2.0 é conectado a uma porta USB 3.0, é CORRETO afirmar que:

- a) o *pendrive* será reconhecido normalmente, operando na velocidade máxima suportada pelo padrão USB 2.0.
- b) o *pendrive* funcionará na velocidade do padrão USB 3.0.
- c) um *pendrive* 2.0 não será reconhecido por uma porta USB 3.0.
- d) o *pendrive* será reconhecido, mas permitirá apenas a leitura dos arquivos armazenados.
- e) o sistema operacional exibirá uma mensagem informando a incompatibilidade do dispositivo.

24ª QUESTÃO

Em segurança da informação, a técnica de manipulação utilizada para explorar erros humanos induzindo a revelar informações confidenciais, credenciais de acesso ou outros dados de valor é denominada de:

- a) *cyberbullying*.
- b) ataque de força bruta.
- c) engenharia social.
- d) criptografia.
- e) *firewall*.

25ª QUESTÃO

O serviço de armazenamento de dados em nuvem *OneDrive* é integrado nativamente a qual sistema operacional e suíte de produtividade, respectivamente?

- a) *Android* e *Microsoft 365*.
- b) *Linux* e *LibreOffice*.
- c) *Windows* e *LibreOffice*.
- d) *Windows* e *Microsoft 365*.
- e) *MacOS* e *Android*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Assinale a alternativa CORRETA a qual se refira aos atos administrativos no contexto do Direito Administrativo.

- a) Os atos administrativos são espécie do gênero “atos jurídicos em sentido estrito”.
- b) Todo ato que a Administração Pública pratica é um ato administrativo, dentro do Direito Privado.
- c) Somente a Administração Pública pode praticar ato administrativo.
- d) Os atos administrativos são manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública, ou de quem lhe faça as vezes, no exercício de função administrativa, e enquadram-se na categoria dos atos jurídicos.
- e) Os atos administrativos são eventos da natureza, relacionados a ocorrências que não decorrem diretamente de manifestação de vontade humana.

27ª QUESTÃO

Os princípios fundamentais da Administração Pública são regras jurídicas que devem ser, obrigatoriamente, observadas e a sua não utilização gera sanções jurídicas, como, por exemplo, a anulação de um ato administrativo, ou a responsabilização disciplinar do servidor público. A Constituição Federal de 1988 apresenta, explícita ou implicitamente, os princípios que devem ser obedecidos pela administração pública.

Assim, assinale a alternativa CORRETA que apresenta um princípio expresso no *caput* do art. 37 da Constituição da República.

- a) Eficiência.
- b) Indisponibilidade do interesse público.
- c) Supremacia do interesse público.
- d) Razoabilidade.
- e) Proporcionalidade.

28ª QUESTÃO

O termo agente público, no Direito Administrativo, abrange as pessoas que trabalham em favor da Administração Pública, ou seja, se refere a um conjunto de indivíduos que são responsáveis pela execução das atividades que lhe são atribuídas.

Diante desse tema, analise as assertivas abaixo.

- I- O Presidente da República, bem como os governadores, são exemplos de agentes públicos.
- II- A expressão “agentes públicos” se refere, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo efetivo, aprovados em concurso público.
- III- Agentes públicos são todos os indivíduos que desempenham, ainda que temporariamente ou sem remuneração, alguma função pública em nome do Estado.
- IV- Particulares em colaboração com o Poder Público não podem e não devem ser classificados como agentes públicos, pois não possuem vínculo permanente com a Administração Pública.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e III, apenas.

29ª QUESTÃO

Considerando as categorias de agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA que corresponde à seguinte situação: um cidadão, sem vínculo permanente com a Administração Pública, é convocado pela Justiça Eleitoral para atuar como mesário durante uma eleição.

- a) Servidor público estatutário.
- b) Agente político.
- c) Empregado público.
- d) Servidor temporário contratado por excepcional interesse público.
- e) Particular em colaboração com o Poder Público.

30ª QUESTÃO

No contexto da gestão administrativa e do suporte legislativo, um setor que exerce papel fundamental no controle da tramitação de documentos é o de protocolo. Nesse sentido, sobre as atividades de protocolo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O protocolo atua somente em documentos físicos, ou seja, não se aplica em casos de processos e documentos eletrônicos.
- b) O setor de protocolo limita-se ao recebimento físico de documentos. Dessa forma, não é de sua responsabilidade o registro, distribuição ou controle da tramitação.
- c) A classificação documental é atividade exclusiva do setor de arquivo permanente, não devendo ocorrer no protocolo.
- d) Recebimento, registro, classificação, distribuição, tramitação e expedição de documentos fazem parte das atividades inerentes ao setor de protocolo.
- e) A numeração de protocolo é dispensável quando o documento for encaminhado diretamente ao setor responsável.

31ª QUESTÃO

A Câmara Municipal de uma determinada cidade decidiu realizar uma audiência pública utilizando ferramentas de videoconferência, como forma de aumentar o número de participantes. Nessa ocasião, estiveram presentes vereadores, servidores, representantes da sociedade civil e cidadãos que realizaram inscrição prévia. Após a finalização da reunião, a Secretaria Legislativa elaborou a ata, anexou a lista de presença digital, salvou a gravação da sessão e submeteu o documento final ao processo de assinatura digital pelos responsáveis.

Considerando as boas práticas de ambiente digital, segurança da informação e validade dos registros oficiais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em reuniões, por meio de plataformas de videoconferência, é dispensado qualquer controle de acesso, pois a publicidade dos atos legislativos proíbe a adoção de mecanismos de identificação dos participantes.
- b) Como aconteceu a gravação da audiência pública, torna-se desnecessário produzir a ata como documento formal de registro das principais ações praticadas na reunião, pois o registro aconteceu de forma completa em vídeo.
- c) A ata assinada digitalmente deve sempre ser impressa para que a partir daí tenha validade jurídica, considerando que documentos eletrônicos não podem compor arquivo oficial de Câmara Municipal.
- d) A assinatura digital pode ser realizada com certificado ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), pois confere ao documento autenticidade, integridade, confiabilidade e não repúdio, permitindo, assim, ser utilizada para documentos oficiais da Câmara.
- e) Em documentos oficiais, qualquer imagem digitalizada de assinatura manuscrita tem o mesmo nível de segurança jurídica da que é realizada de forma digital pela ICP-Brasil.

32ª QUESTÃO

Considerando a conversão de documentos para o formato PDF/A, assinale a alternativa CORRETA sobre o tema.

- a) O formato PDF/A tem as mesmas características do PDF comum, e por essa razão arquivos em *Word* que forem transformados em PDF não precisam ser convertidos para PDF/A.
- b) O PDF/A é um formato de arquivo otimizado para o arquivamento de documentos eletrônicos, destinado a preservar sua aparência visual ao longo do tempo, independentemente dos sistemas utilizados.
- c) Por questões de segurança jurídica, após a conversão do arquivo *Writer* para o formato PDF/A, este só poderá ser acessado pelo período de uma semana. Após esse prazo, o documento fica inacessível.
- d) A existência de diferentes *softwares* para acessar arquivos instalados nos computadores gera uma falta de padronização que dificulta a visualização de arquivos em PDF/A, pois aumenta o risco de problemas de leitura em longo prazo.
- e) A conversão para o PDF/A deve ser evitada em documentos oficiais de uma Câmara Municipal, considerando que esse formato não proporciona a preservação de registros administrativos e legislativos.

33ª QUESTÃO

Considerando as fases do processo legislativo, assinale a alternativa que se refere CORRETAMENTE ao ato em que o projeto de lei segue para o Chefe do Poder Executivo, que pode aprovar integralmente ou rejeitar, total ou parcialmente.

- a) Sanção ou veto.
- b) Aprovação e revisão.
- c) Discussão e votação.
- d) Iniciativa.
- e) Protocolo da proposição.

34ª QUESTÃO

Os direitos e garantias fundamentais estão previstos na Constituição Federal de 1988 e ocupam uma posição de grande relevância dentro do sistema jurídico brasileiro. Ou seja, não são direitos comuns, são direitos constitucionais ligados à proteção da pessoa, da liberdade, da igualdade, da dignidade humana e da democracia.

Nesse contexto, assinale a alternativa que se refere CORRETAMENTE à característica a qual afirma que os direitos fundamentais não se perdem pelo decurso do prazo.

- a) Inviolabilidade.
- b) Inalienabilidade.
- c) Irrenunciabilidade.
- d) Universalidade.
- e) Imprescritibilidade.

35ª QUESTÃO

Considerando as regras do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mãe D'Água, na Paraíba, assinale a alternativa CORRETA sobre quórum, Ordem do Dia, tribuna e apartes.

- a) A verificação de quórum é dispensável na Ordem do Dia, pois a simples presença do Presidente da Câmara autoriza a deliberação de qualquer matéria.
- b) A Ordem do Dia inicia-se após o Grande Expediente, com a verificação prévia do número de vereadores presentes no plenário. Existindo quórum, as matérias são colocadas em discussão e votação.
- c) Por ocorrer após o Grande Expediente, a Ordem do Dia é o momento destinado apenas a discursos livres dos vereadores, sendo vedada a votação de projetos, requerimentos ou proposições.
- d) O Presidente da Câmara não pode advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de fala, pois o uso da tribuna é ilimitado.
- e) De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mãe D'Água, é vedada, em qualquer hipótese, a discussão e votação de Projetos de Resolução na Ordem do Dia.

36ª QUESTÃO

Na Câmara Municipal, a Secretaria recebeu arquivos de uma sessão legislativa gravada para consulta e eventual transcrição. Os arquivos recebidos estavam em formatos MP3, WAV e MP4. Considerando noções básicas sobre formatos de arquivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) WAV é um formato de áudio, geralmente associado a arquivos com maior qualidade e menor compressão.
- b) MP3 é um formato, exclusivamente, de vídeo, utilizado para armazenar imagens em movimento.
- c) MP4 é um formato utilizado apenas para texto, não podendo armazenar áudio ou vídeo.
- d) MP3, WAV e MP4 são formatos idênticos, diferenciando-se apenas pelo nome da extensão.
- e) Arquivos no formato WAV não podem ser utilizados em processos de transcrição digital.

37ª QUESTÃO

O Manual de Redação da Presidência da República é uma ferramenta teórico-referencial que possibilita mais clareza e padronização na produção e cumprimento dos atos de comunicação oficial. Assim, garante-se aos atos administrativos mais acessibilidade e assertividade. A partir dos seus conhecimentos de redação oficial e as aplicações contidas no referido manual, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para a obtenção da clareza, entre outras coisas, sugere-se a utilização de regionalismos e neologismos em determinadas localidades. No mesmo raciocínio, se a comunicação for sobre assunto técnico, a recomendação é que a nomenclatura da área sofra adaptações.
- b) Deve-se compreender a concisão como uma economia de pensamento, eliminando passagens substanciais do texto com o único objetivo de reduzi-lo em tamanho.
- c) O princípio constitucional da publicidade não se limita à simples divulgação do texto, abrangendo também a exigência de que este seja redigido de maneira clara.
- d) Clareza é o atributo que faz o texto transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Trata-se de excluir palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.
- e) As comunicações administrativas devem ser preferencialmente formais, isto é, obedecer a certas regras de forma. Porém, desde que não se tornem documentos impressos, as comunicações feitas em meio eletrônico, como as trocas de *e-mails*, podem conter informalidade de tratamento.

38ª QUESTÃO

Após uma sessão legislativa, um servidor da Câmara Municipal utilizou um *software* de reprodução para ouvir o áudio da gravação da reunião em velocidade reduzida, com o objetivo de auxiliar na elaboração da ata. Em seguida, houve conferência do texto gerado por meio de uma ferramenta de transcrição automática *speech-to-text*.

Assim, conforme tal contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ferramentas de transcrição automática dispensam revisão humana, pois sempre identificam corretamente nomes, falas simultâneas e termos legislativos.
- b) O controle de velocidade ajuda na revisão de áudios, pois possibilita ouvir a gravação mais devagar ou mais rápido, sem modificar o arquivo original.
- c) A transcrição automática altera o áudio original, substituindo, definitivamente, a gravação pela ata.
- d) O uso de velocidade reduzida impede a conferência de falas, considerando que elimina trechos do áudio.
- e) Ferramentas *speech-to-text* são eficientes apenas com arquivos impressos que foram digitalizados.

39ª QUESTÃO

Considerando o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mãe D'Água na Paraíba, sobre as sessões legislativas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As sessões solenes podem ser realizadas por simples decisão individual de qualquer vereador, independentemente de aprovação em plenária.
- b) A sessão legislativa ordinária será interrompida automaticamente mesmo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não tenha sido aprovada.
- c) As sessões extraordinárias só podem ser convocadas pelo Presidente da Câmara, sendo vedada a convocação pelo Prefeito ou pela maioria dos vereadores.
- d) As sessões legislativas extraordinárias podem deliberar livremente sobre qualquer matéria, mesmo que não esteja como objeto de convocação.
- e) As sessões legislativas ordinárias ocorrem de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

40ª QUESTÃO

O processo legislativo municipal envolve um conjunto de etapas realizadas pela Câmara Municipal e pelo Prefeito para criar, discutir, aprovar e implementar leis.

Diante desse tema, observe as assertivas abaixo.

- I- O Regimento Interno da Câmara Municipal está acima da Lei Orgânica Municipal, e por isso, pode modificar livremente as regras previstas na Lei Orgânica sobre processo legislativo.
- II- A Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal determinam um conjunto de regras e procedimentos que orientam o processo legislativo municipal.
- III- A Lei Orgânica Municipal organiza juridicamente o Município, estabelecendo regras gerais sobre os Poderes locais, e o Regimento Interno da Câmara Municipal disciplina o funcionamento interno dos trabalhos da Câmara.
- IV- O Regimento Interno da Câmara Municipal funciona como a norma fundamental do Município, pois estabelece sua organização político-administrativa, as competências dos Poderes Executivo e Legislativo locais e as regras do processo legislativo municipal.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e II, apenas.